

**A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE AO PACIENTE SURDO NA
ASSISTÊNCIA A SAÚDE
THE IMPORTANCE OF ACCESSIBILITY TO DEAF PATIENTS IN
HEALTH CARE**

Késsila Pereira da Silva¹
Cíntia Ferreira Pereira Menezes²

RESUMO

LIBRAS é a sigla para “Língua Brasileira de Sinais”, a língua utilizada pela comunidade surda no Brasil e uma língua visual-espacial, onde a comunicação é feita por meio de gestos, expressões faciais e movimentos corporais. Este trabalho tem como objetivos identificar a forma de comunicação utilizada pela equipe multidisciplinar de saúde no atendimento ao paciente surdo, além disso analisar os principais desafios encontrados a partir da interação entre o paciente e a equipe multidisciplinar de saúde durante o atendimento. Foi utilizado a abordagem revisão bibliográfica para levantar dados relacionados aos sentimentos e às percepções dos pacientes surdos em relação assistência prestada a eles no âmbito de saúde. Foram incluídos para estudo, 18 artigos encontrados nas seguintes bases de dados: BVS e SCIELO. Por fim, pode-se concluir que há obstáculos encontrados pelas pessoas surdas na comunicação com os profissionais no atendimento na atenção a saúde.

Palavras-chave: Surdos, Acessibilidade, Enfermagem, LIBRAS.

ABSTRACT

LIBRAS is the acronym for “Brazilian Sign Language”, the language used by the deaf community in Brazil and a visual-spatial language, where communication is done through gestures, facial expressions and body movements. This study aims to identify the form of communication used by the multidisciplinary health team in the care of deaf patients, in addition to analyzing the main challenges encountered from the interaction between the patient and the multidisciplinary health team during the care. The literature review approach was used to collect data related to the feelings and perceptions of deaf patients regarding the care provided to them in the health field. 18 articles found in the following databases were included for study: BVS and SCIELO. Finally, it can be concluded that there are obstacles encountered by deaf people in communicating with professionals in health care.

Keyword: Deaf, Accessibility, Nursing, LIBRAS.

¹Rede de Ensino Doctum – Faculdade Doctum de Serra - E-mail: aluno.kessila.silva@doctum.edu.br - Aluna graduanda do curso de Enfermagem.

²Rede de ensino Doctum – Unidade de Serra – E-mail: prof.cintia.ferreira@doctum.edu.br – Professora da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso

1. Introdução

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), 5% da população brasileira é composta por pessoas que são surdas, ou seja, esta porcentagem corresponde a mais de 10 milhões de cidadãos, dos quais 2,7 milhões possuem surdez profunda, portanto, não escutam absolutamente nada (BRASIL, 2021).

Com esse cenário são crescentes as novas propostas de tecnologias comunicativas e formas de comunicação, com o principal objetivo de alcançar igualdade e acessibilidade. Logo começamos a entender a importância buscar por conhecimento específico, afim de proporcionar mais igualdade e acessibilidade. A LIBRAS é a sigla para “Língua Brasileira de Sinais”, a língua utilizada pela comunidade surda no Brasil.

É uma língua visual-espacial, onde a comunicação é feita por meio de gestos, expressões faciais e movimentos corporais. A LIBRAS possui estrutura gramatical própria e é reconhecida como uma língua oficial no país desde 2002. Tendo um papel relevante na inclusão e a comunicação entre surdos e ouvintes.

A história da pessoa surda no Brasil, não é uma história de difícil compreensão, porém vem evoluindo ao longo dos anos, possibilitando um progresso contínuo através dos direitos adquiridos. Nesse contexto, no ano de 2002 foi aprovado a lei 10.436 que regulamenta a LIBRAS, como um meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão a ela associada.

Importante destacar que em sua uma estrutura gramatical própria, possui um sistema linguístico gestual-visual, diferenciando-se da Língua Portuguesa que é oral-auditiva. A oficialização e a disseminação da LIBRAS em diversos setores públicos, escolas e empresas privadas tem contribuído significativamente para o reconhecimento e valorização da comunidade surda, assim como para a inclusão social desses indivíduos, e a partir dela outras leis foram criadas a fim de garantir os direitos da pessoa surda em todos os aspectos da vida (BRASIL, 2002).

O Art. 1º da lei 14.768 da constituição federal diz que se considera deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2023).

Além de garantir o direito de a pessoa surda ter um profissional capacitado na comunicação através da LIBRAS, o de decreto nº 5625 de 2005 também diz que deve haver apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do Sistema Único de Saúde para o uso de LIBRAS e sua tradução e interpretação.

O surdo pode encontrar obstáculos na comunicação, uma vez que a língua utilizada por dele é diferente que a do ouvinte. Isso pode comprometer sua qualidade de vida, já que por vezes eles não serão compreendidos de maneira adequada, acarretando uma ineficiência na resolução de suas necessidades.

A maioria dos profissionais da equipe multidisciplinar não utilizam a LIBRAS para se comunicar com os pacientes surdos, contudo a comunicação é uma parte indispensável da prática da saúde, pois é através dela que é garantido que os pacientes recebam a assistência necessária e de modo eficaz, além de garantir que compreendam sobre o seu quadro clínico e os cuidados necessários para uma completa recuperação.

O Sistema Unico de Saúde (SUS) prevê o acesso universal e igualitário à saúde para todos os cidadãos. Além disso, a saúde é um direito de todas as pessoas é dever do Estado garantir, mediante políticas sociais e econômicas que visam a redução de risco e de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário as ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Este trabalho tem como objetivos identificar a forma de comunicação utilizada pela equipe multidisciplinar de saúde no atendimento ao paciente surdo, além de analisar os principais desafios encontrados a partir da interação, entre o paciente e a equipe multidisciplinar durante o atendimento.

Diante disso, nessa pesquisa tem-se como pesquisa norteadora: Como se dá a comunicação da pessoa surda com o profissional de saúde no âmbito assistencial? Existe uma preocupação em capacitar o profissional de saúde em LIBRAS?

2. Referencial Teórico

2.1 História da LIBRAS

O SUS desempenha um papel fundamental na garantia do acesso à saúde para todos os cidadãos brasileiros, incluindo os pacientes surdos. É o sistema responsável por oferecer atendimento integral e igualitário a todas as pessoas, independentemente de suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas.

No caso dos pacientes surdos, o SUS deve assegurar o acesso à saúde de forma inclusiva e adequada às suas necessidades. Isso inclui a disponibilização de profissionais de saúde capacitados na linguagem de sinais, intérpretes de LIBRAS nos serviços de saúde, bem como materiais

informativos e educativos acessíveis em LIBRAS.

Além disso, deve oferecer atendimento especializado para as demandas específicas dos pacientes surdos, como exames de audição, terapias de linguagem, adaptação de aparelhos auditivos e implantes cocleares, entre outros.

A importância do sistema público para os pacientes surdos está na garantia do direito à saúde de forma igualitária e inclusiva, possibilitando o acesso aos serviços de saúde de qualidade e o tratamento adequado para suas necessidades específicas. O SUS desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social e no respeito aos direitos humanos das pessoas surdas visto que para sua organização e o funcionamento tem entre seus princípios:

- **Universalização:** a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais.
- **Equidade:** o objetivo desse princípio é diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior.
- **Integralidade:** este princípio considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. Juntamente, o princípio de integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos (BRASIL, 1990).

Partindo do princípio de que o SUS desempenha um papel fundamental e impacta a vida de milhões de brasileiros todos os dias através do acesso universal e igualitário a saúde, o atendimento adequado ao paciente surdo passou a ser um direito.

A LIBRAS passou a ser considerada pela linguística como língua natural ou como um sistema linguístico legítimo, deixando de ser classificada como um problema dos surdos ou uma patologia, sendo então nomeada no II Congresso Latino-Americano

Brasileiro para Surdos, onde substituiu a sigla LSBC (Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros), termo utilizado apenas para as pesquisas linguísticas, sendo a Libras o termo usado pelas comunidades surdas (VAGULA; VEDOATO, 2014).

Outra conquista importante para os surdos foi o direito ao intérprete de LIBRAS, designado para realizar a tradução e interpretação de todo conteúdo em sala de aula. Essa conquista foi contemplada somente em 2007, mostrando que as conquistas ligadas à acessibilidade são bem recentes, evidenciando a defasagem das políticas públicas voltadas para os direitos sociais das pessoas com deficiência (AGAPITO; ALVES; LEÃO, 2017).

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (STROBEL, 2008).

O conceito de surdo é atribuído ao sujeito que apreende o mundo por meio das experiências visuais e que partilha do conhecimento de mundo com seus pares através da LIBRAS. No caso do Brasil. Desse modo, as pessoas surdas podem se desenvolver plenamente, dentro de suas especificidades, tal como qualquer outro ser humano. Estima-se que existam cerca de 15 milhões de pessoas com algum tipo de perda auditiva (BRASIL, 2005).

Mensurar a quantidade de pessoas que se comunicam através da LIBRAS pode facilitar a visualização das necessidades de melhorias de políticas públicas no Brasil. Através de uma pesquisa realizada pelo IBGE foi observado que nem todas as pessoas com deficiência auditiva se comunicam em LIBRAS, mas os que se comunicam, demandam uma política educacional especializada.

No Brasil 2,3 milhões de brasileiros com 2 anos ou mais de idade declararam ter muita dificuldade ou não conseguir de modo algum ouvir, o que constituía 1,1% da população brasileira em 2019. Não houve diferenças entre sexos – ambos atingiram o percentual de 1,1% da população.

Havia 31 mil crianças de 2 a 9 anos de idade com deficiência auditiva e, à medida que as idades avançavam, a quantidade de pessoas com limitações auditivas também aumentava: 1,5 milhão de pessoas (4,3%) com deficiência auditiva tinham 60 anos ou mais de idade. Não houve diferenças percentuais entre as pessoas com deficiência auditiva segundo a cor ou raça.

Quanto ao nível de escolaridade foi observado que quanto maior o grau de escolaridade, menor a parcela de pessoas com deficiência auditiva compondo o grupo. Com efeito, 2,9% das pessoas com 18 anos ou mais de idade que não tinham instrução ou tinham o nível fundamental incompleto eram pessoas com deficiência auditiva. O grupo constituía 0,8% das pessoas com nível fundamental completo ou médio incompleto; 0,6%, com nível médio completo ou superior incompleto e apenas 0,5% com nível superior concluído. (IBGE,2021).

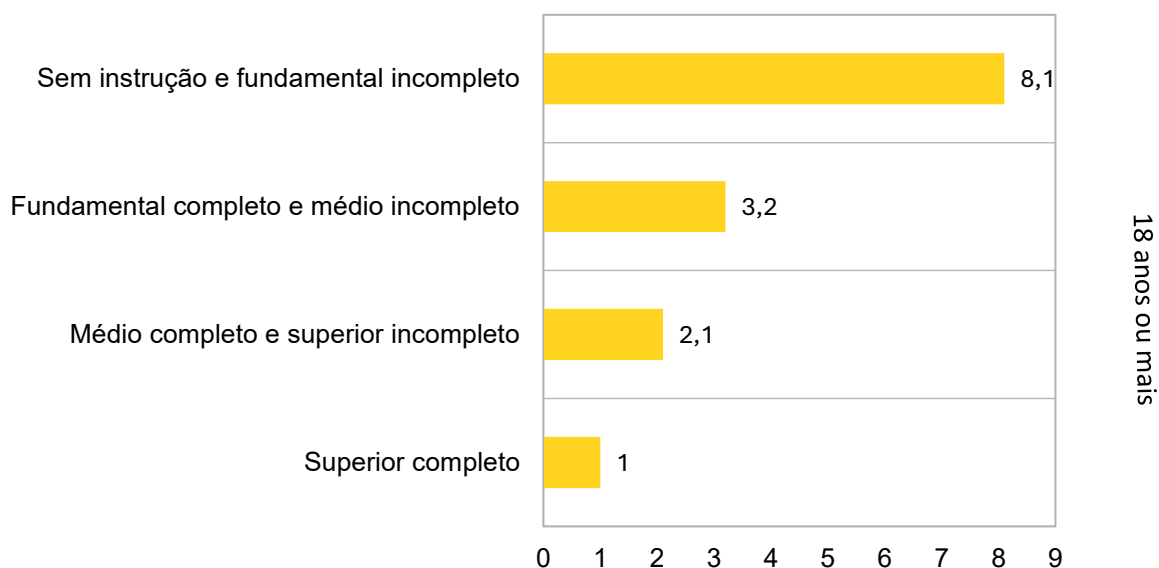
Nos domicílios com rendimento domiciliar per capita sem rendimento ou de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 0,6% dos residentes de 14 anos ou mais de idade tinham deficiência auditiva. A faixa de rendimento que teve maior proporção de pessoas com deficiência auditiva foi a dos domicílios cujo rendimento era de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, com 1,5%.

No Brasil, 1,3% da população de 14 anos ou mais de idade tinha deficiência auditiva, entretanto a participação dessas pessoas na população ocupada, assim como na desocupada, foi de apenas 0,6% (578 mil e 60 mil, respectivamente). O percentual de pessoas com deficiência auditiva na população fora da força foi de 2,6%, ou seja, a população com deficiência auditiva está majoritariamente fora do mercado de trabalho. (IBGE,2021).

Assim, considerando as pessoas com idade compreendida entre 5 e 40 anos de idade, aqueles que referiram ter ao menos alguma dificuldade para ouvir totalizaram cerca de 1,7 milhão de pessoas. Destes, aproximadamente 153 mil pessoas disseram saber usar a Libras, o que representa 9,2% deste grupo populacional.

Entre os deficientes auditivos, ou seja, pessoas com muita dificuldade de ouvir ou não conseguem de modo algum ouvir, o percentual dos que conhecem Libras foi de 22,4%. Notou-se nítida relevância que o uso da Libras tem para as pessoas que declararam não conseguir ouvir de forma alguma, visto que 61,3% (aproximadamente 43 mil pessoas) sabiam usar Libras. (IBGE,2021).

Gráfico 1 - Proporção de pessoas com deficiência auditiva, segundo o sexo, a cor ou raça, idade, o nível de instrução, rendimento domiciliar per capita e a condição em relação à força de trabalho.



Fonte: IBGE, 2019.

2.2 Determinantes sociais de saúde

As diversas definições de determinantes sociais de saúde (DSS) expressam, com maior ou menor nível de detalhe, o conceito atualmente bastante generalizado de que as condições de vida e trabalho dos indivíduos e de grupos da população estão relacionadas com sua situação de saúde.

Para a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), os DSS são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. A comissão homônima da Organização Mundial da Saúde (OMS) adota uma definição mais curta, segundo a qual os DSS são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham. (DE MARIO, CAMILA GONÇALVES 2023).

O modelo de Dahlgren e Whitehead inclui os DSS dispostos em diferentes camadas, desde uma camada mais próxima dos determinantes individuais até uma camada distal, onde se situam os macrodeterminantes. Apesar da facilidade da visualização gráfica dos DSS e sua distribuição em camadas, segundo seu nível de abrangência, o modelo não pretende explicar com detalhes as relações e mediações entre os diversos níveis e a gênese das iniquidades. (DE MARIO, CAMILA GONÇALVES 2023)

Figura 1 – Determinantes Sociais da Saúde conforme o Modelo de Dahlgren e Whitehead.



FONTE: DAHLGREN, et al 2014.

A figura 1 apresenta os DSS de Dahlgren e Whitehead. Em sua base, encontra-se o indivíduo que possui uma idade, um sexo e fatores genéticos que desempenham uma influência direta em suas condições de saúde. Imediatamente na camada seguinte, a primeira camada dos DSS, tem-se os comportamentos e os estilos de vida. Estes fatores ligam-se diretamente aos indivíduos, mas são dependentes dos determinantes sociais, como acesso a alimentos saudáveis, lazer, entre outros. Após esta, há a segunda camada, com os fatores que retratam a influência das redes sociais e comunitárias (DAHLGREN, et al, 2014).

O conhecimento dos aspectos sociais é fundamental por parte dos profissionais de saúde, uma vez que são determinantes para um atendimento que vai ao encontro das reais necessidades da comunidade surda. No entanto, mesmo com a formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e atenção integral à saúde da pessoa com deficiência, os desafios ainda são grandes no âmbito dos serviços públicos de saúde, inclusive no que se refere às dificuldades dos profissionais para se comunicar com usuários surdos.

A dificuldade na comunicação com o usuário surdo se deve na grande maioria das vezes, pelo despreparo e/ou desconhecimento dos profissionais do uso da LIBRAS, o que termina prejudicando o acesso, o processo de trabalho e o cuidado à saúde da pessoa surda (CORREIA et al, 2022).

2.3 Acessibilidade e inclusão

A inclusão social dos surdos deve estar sempre em evidência em pesquisa, ANDRADE (2015) discute através de entrevista que tomou como base a escuta dos surdos a experiência vivida por eles em esfera de atividades do cotidiano, segundo eles todos os entrevistados quando perguntados sobre como realizam suas atividades diárias disseram que conseguem realizar tarefas do dia a dia, porém os contatos estabelecidos durante a realização das tarefas são bastantes restritos sendo necessário em alguns momentos a ajuda de familiares ouvintes ou eles procuram por um lugar conhecido.

ABREU (2016) fundamenta sua pesquisa na história dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil, uma vez que compreende que os sujeitos surdos são pessoas de direitos, principalmente o direito de usar sua língua materna, sendo essa inclusão fundamental para que a pessoa surda seja incluído socialmente.

De acordo com o Decreto N° 5626/05, as pessoas surdas têm o direito e a possibilidade de apropriar-se da LIBRAS na comunidade surda escolar, e da língua portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua. Representa-se como surdo por constituir-se através da cultura surda e da língua de sinais que lhe permite a experiência visual própria da alteridade surda (BRASIL, 2005).

Por muitos anos, os surdos foram tratados de forma diferenciada, mas nem sempre da forma correta, eram deixados de lado, diagnosticados com outros tipos de deficiência, escondidos, isolados, algumas vezes literalmente trancados em casa por vergonha ou por acharem que eles eram incapazes (MOTA, 2014).

Os surdos por muito tempo eram rejeitados pela sociedade e eram isolados nos asilos para que pudessem ser protegidos, tal medida era tomada pois não se acreditava que pudessem ter uma educação em função da sua ‘anormalidade’, ou seja, aquela conduta marcada pela intolerância obscura na visão negativa sobre os surdos, viam-nos como ‘anormais’ ou ‘doentes’ (NASCIMENTO 2014).

Essa percepção vem desde a antiguidade, de acordo com Nascimento (2014), quando os surdos eram vistos como “anormais”, com algum tipo de retardo intelectual, pois, para ser considerada uma pessoa “normal” e ser aceito pela sociedade, o sujeito deveria falar e ouvir. Sendo assim, os surdos eram sistematicamente excluídos da vida social e educacional.

Os espaços sociais devem garantir a possibilidade de acesso a todas as pessoas, com segurança e autonomia, independente de uma deficiência de natureza

física, mental, intelectual ou sensorial. Esse acesso deve estar disposto sem barreiras, em igualdade de condições a todas as pessoas. A acessibilidade é a garantia de que todos os meios sociais sejam utilizados por todos, pois é através dela que ocorre a aproximação, sem dificuldades, e que determina o sucesso da ligação entre público e ambientes diversos (BRASIL, 2015).



FONTE: IBGE, 2022.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), 5% da população brasileira é composta por pessoas que são surdas, ou seja, esta porcentagem corresponde a mais de 10 milhões de cidadãos, dos quais 2,7 milhões possuem surdez profunda, portanto, não escutam absolutamente nada (BRASIL, 2021).

2.4 O uso das tecnologias

A inclusão de tecnologias é fundamental a fim garantir um atendimento adequado e humanizado ao paciente, as tecnologias leves são tecnologias de relações, como acolhimento, vínculo, autonomização, responsabilização e gestão como forma de governar processos de trabalho.

A utilização das tecnologias leves contempla a existência de um objeto de trabalho dinâmico, em contínuo movimento, não mais estático, passivo ou reduzido a um corpo físico. Esse objeto exige dos profissionais da saúde, especialmente do enfermeiro, uma capacidade diferenciada no olhar a ele concedido a fim de que percebam essa dinamicidade e pluralidade, que desafiam os sujeitos à criatividade, à escuta, à flexibilidade e ao sensível. (MORAIS, 2016).

As tecnologias facilitam os processos gerenciais e as ações práticas em enfermagem e saúde. Assim, são utilizadas em benefício do cuidado. Portanto, o

emprego de tecnologias na saúde consiste em usar alternativas criativas com o objetivo de superar as dificuldades e garantir a qualidade do cuidado (ESPADARO 2023).

Na perspectiva da assistência em saúde, a barreira de comunicação entre profissionais e os surdos apresenta-se como um desafio para a realização de orientações e de intervenções educativas. As ações de educação em saúde são relevantes e necessárias para corroborar com a contribuição da população na prevenção, tratamento, recuperação e reabilitação, pois objetivam informar, capacitar e possibilitar reflexão crítica acerca das causas e problemas, bem como das ações necessárias para sua resolução (GALINDO NETO, et al, 2019).

Nesse contexto, o uso de recursos tecnológicos pode contribuir para o favorecimento da comunicação com os surdos e, logo, com a melhor efetividade das intervenções educativas com esse público. Tal utilização se respalda uma vez que a aplicação de conhecimentos científicos para solução de problemas práticos, a partir da criação e utilização tecnológica, tem sido cada vez mais requisitada na comunicação em saúde, por favorecer o empoderamento, na medida em que auxilia ou substitui abordagens didáticas no processo de ensino e aprendizagem (GALINDO NETO, et al, 2019).

O aplicativo "Socorro com as Mãos" é uma ferramenta inovadora que visa facilitar a comunicação entre profissionais de saúde e pacientes surdos, oferecendo tradução em LIBRAS por meio de vídeos e linguagem escrita. Sua importância se torna ainda mais evidente quando considerado o papel da equipe multidisciplinar na promoção da acessibilidade em ambientes hospitalares. Essa colaboração não só melhora a experiência do paciente, mas também assegura que as informações críticas sobre saúde sejam transmitidas claramente, evitando mal-entendidos e garantindo qualidade no cuidado prestado.

2.4 Papel da equipe multidisciplinar

O estudo elaborado por Pires e Tigre Almeida (2016) investigou a forma como os surdos se relacionam com a equipe multidisciplinar como são acolhidos nos serviços de saúde. Após a entrevista de 26 pessoas surdas, o estudo apontou que a comunicação predominante na assistência a saúde é escrita, seguida da presença de acompanhantes, e a presença de profissionais intérpretes sendo rara.

As dificuldades que os surdos têm em se expressar durante os atendimentos prestados, aumentam quando a interação do profissional que está realizando o atendimento é concentrada no acompanhante, postura essa que lhes causa desconforto e frustrações pois sentem que são ignorados. Essa abordagem pode levar o paciente surdo a temer por não ser compreendido e receber um diagnóstico inadequado.

O decreto nº 5625 de 2005 determina em seu art. 25 parte IX Que o atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação (BRASIL, 2005).

Os profissionais de saúde deveriam compreender as necessidades das pessoas surdas, evitando má compreensão por parte dos usuários sobre como cuidar de si próprios, e como usar a medicação, o que pode colocar em risco sua segurança. Os serviços de saúde devem ser planejados considerando todos os possíveis pacientes que o utilizarão e isto inclui pacientes com deficiências diversas, como o paciente surdo. Melhorar a comunicação para lidar com pacientes surdos poderá resultar em melhor comunicação com todos os pacientes (DE VIT BEGROW, D. et al 2018).

O acesso pela população aos serviços de saúde é fundamental para garantir a assistência à saúde eficiente e satisfatória. Os termos acesso e acessibilidade em saúde são complementares, pois a acessibilidade possibilita as pessoas chegarem aos serviços e o acesso permite o uso oportuno desses mesmos serviços para alcançar os melhores resultados possíveis, assim, há, entre as necessidades de saúde e sua satisfação, a questão da acessibilidade (ROCHA, 2008).

Essa, se não for plenamente garantida, poderá gerar obstáculos ao deficiente, inviabilizando o acesso aos serviços de saúde. Estudos acerca dos problemas de acesso à saúde por pessoas com deficiência auditiva podem se constituir como um importante subsídio para o planejamento de ações voltadas para o treinamento e capacitação de recursos humanos no atendimento de pessoas com esse tipo de deficiência, bem como adaptar os métodos já utilizados na transmissão de informações a esse grupo especial. Dessa forma, os direitos de uso e acesso integral aos serviços de saúde, instituídos pela Constituição Federal e pelo SUS, poderiam ser garantidos a pessoa surda (CESAR, 2011).

3. Metodologia

Pretende-se realizar uma revisão bibliográfica, por meio de busca das plataformas BVS e Scielo, afim de realizar pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, serão utilizados os seguintes descritores, “LIBRAS”, “Saúde”, “Acessibilidade”, “Enfermagem”. Entende-se por caracterizada como pesquisa descritiva uma pesquisa que detalha um fenômeno e a forma com que ele ocorre, utilizando experimentos, aplicando avaliações e interpretações, e os fatores contribuem para os resultados (DALFOVO, 2008).

A pesquisa seguiu o seguinte percurso metodológico tendo como critérios de inclusão: Artigos encontrados dentro de um recorte temporal de até 10 anos (2014 - 2024), artigos que estivessem disponíveis na íntegra e no idioma português, foram utilizados como critério de exclusão: Artigos inacessíveis de maneira completa; Fora do tema proposto; Fora do recorte temporal estabelecido.

4. Resultados e discussão

Os resultados desta pesquisa bibliográfica serão apresentados através da tabela 1, e a partir das publicações selecionadas, buscou-se realizar uma síntese do conhecimento produzido sobre a temática, a fim de identificar: ano de publicação, autor, título do artigo, objetivos e conclusão. A tabela 1 abaixo ilustra a caracterização desses estudos.

Tabela 1 – Seleção dos artigos para estudo

AUTOR/AN O	TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVOS	CONCLUSÃO
MONTAND ON, et al, 2024.	Aplicativo de telefonia móvel com comunicação acessível na urgência pré- hospitalar: e-SU	Descrever o processo de construção e avaliação de um protótipo de aplicativo de telefonia móvel.	demonstrou capacidade de promover a acessibilidade comunicativa da solicitação de atendimento pré- hospitalar.
RODRIGU ES, LAGOS, PAZ, 2023.	Sistema Único de Saúde: acessibilidade das pessoas surdas no interior da Bahia.	analisar o acesso e o atendimento ofertado à comunidade surda nos serviços de saúde públicos, no município de Vitória da Conquista, Bahia.	não há capacitação, as Unidades Básicas de Saúde não apresentam estratégias de acessibilidade nos atendimentos, têm rara comunicação em Libras.
BERNARD O, 2021.	Potências e limites no cotidiano da formação acadêmica no cuidado à	compreender as potências e os limites no cotidiano da formação dos estudantes de graduação no	há a necessidade de se refletir sobre os currículos dos cursos

	saúde da pessoa surda.	cuidado à saúde da pessoa surda.	da área da saúde, a fim de capacitar os estudantes para a atuação nos diferentes níveis de complexidade.
CARVALHO, 2021.	A perspectiva do paciente surdo acerca do atendimento à saúde.	conhecer a perspectiva do surdo quanto às melhorias necessárias no atendimento à saúde para essa população.	os resultados evidenciaram necessidade de melhorias no atendimento à saúde do usuário surdo.
COSTA, et al, 2021.	Ensino da Língua Brasileira de Sinais em cursos de graduação em enfermagem.	caracterizar o ensino da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de graduação em enfermagem.	houve predominância do curso de Libras em instituições privadas, na região Sudeste, com carga horária de 40 horas, ofertado no segundo semestre do curso.
HOTT e FRAZ, 2019.	Acessibilidade, tecnologia assistiva e unidades de informação: articulações à realidade da inclusão.	refletir sobre acessibilidade e Tecnologia Assistiva, destacando aspectos legislativos pertinentes.	torna-se importante que o profissional reflita sobre os desafios no processo da construção de uma sociedade inclusiva.
MAGALHÃES, et al, 2019.	Validação de tecnologia em libras para educação em saúde de surdos.	Construir e validar um vídeo educativo em Libras para educação em saúde de surdos acerca da Aids e suas formas de transmissão.	O vídeo educativo apresenta evidências de validade e representatividade para ser utilizado na assistência e nos processos de educação em saúde do público-alvo.
MOURA, et al, 2019.	A língua brasileira de sinais como disciplina obrigatória na graduação em enfermagem: opiniões dos discentes.	descrever as opiniões dos graduandos em enfermagem acerca da Disciplina obrigatória de Libras durante a sua formação.	o instrumento Libras, ao ser ofertado quanto disciplina no curso de graduação em Enfermagem, obteve impacto positivo na perspectiva dos graduandos.
SANTOS e PORTES, 2019.	Percepções de sujeitos surdos sobre comunicação na Atenção Primária à Saúde.	analisar as percepções de indivíduos surdos sobre o processo de comunicação com profissionais de saúde do estado do Rio de Janeiro.	A língua de sinais era negligenciada, apesar de a prestação de cuidados aos surdos por profissionais treinados para usar essa língua ser garantida na legislação.
ALPERSTEIN e ROLT, 2018.	Acessibilidade e Tecnologia na Construção da Cidade Inteligente.	a construção de um artefato tecnológico com vistas a mitigar o problema e propagar informações acerca da acessibilidade.	O resultado final foi a apresentação de um aplicativo que pode ser acessado em um computador ou smartphone, de forma ativa ou passiva.
SOARES, 2018.	Como eu falo com você? a comunicação do enfermeiro com o usuário	descrever os saberes e as práticas de profissionais enfermeiros da atenção básica na	os sujeitos do estudo não sabiam comunicar-se por meio da Língua

	surdo.	assistência do usuário surdo.	Brasileira de Sinais.
ALVES e TELES, 2017.	Audiodescrição Simultânea: Propostas Metodológicas E Práticas.	apresentar uma proposta de modelo de pré-roteiro para audiodescrição simultânea.	ADS é uma atividade em que o treinamento do audiodescritor é um fator decisivo para o êxito da audiodescrição, devido à particularidade desta modalidade e de suas escolhas tradutórias.
VIEIRA, CANIATTO, PEREIRA, 2017.	Comunicação e acessibilidade: percepções de pessoas com deficiência auditiva sobre seu atendimento nos serviços de saúde.	analisar a percepção de sujeitos com deficiência auditiva em relação ao seu atendimento nos serviços de saúde.	Ressalta-se a necessidade de investimento na formação de profissionais dos serviços de saúde para o uso da Língua Brasileira de Sinais, na perspectiva da inclusão social, como previsto na legislação atual.
ÁFIO, et al, 2016.	Avaliação da acessibilidade de tecnologia assistiva para surdos.	avaliar acessibilidade automática de tecnologia assistiva, na modalidade de curso on-line, para surdos.	conclui-se que as páginas do curso foram consideradas, pelo software utilizado, adequadas aos padrões de acessibilidade na Web.
PAGLIUCA, et al, 2015.	Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência.	Analisar as repercussão de políticas públicas inclusivas na óptica das pessoas com deficiência auditiva, visual e física.	É pertinente a criação e implementação de políticas a fim de garantir o direito dessa clientela.
ARAGÃO, et al, 2014.	Acesso e comunicação de adultos surdos: uma voz silenciada nos serviços de saúde.	Investigar o acesso e a comunicação de adultos surdos nos serviços de saúde.	O acesso dos surdos nos serviços de saúde é permeado por dificuldades, sendo a dificuldade da comunicação não verbal um dos principais fatores que fragiliza a inclusão desses sujeitos.
CRISTINA, 2014.	Tradutores-intérpretes de LIBRAS na Saúde: o que eles nos contam sobre questões éticas em suas práticas.	Identificar a atuação de TILS-GI em serviços de saúde, na mediação entre equipes falantes de português e pacientes surdos usuários de libras. Conhecer a percepção de TILS-GI sobre aspectos éticos relacionados à comunicação, autonomia e privacidade de pacientes surdos, tomados aqui como princípios éticos em saúde, conceitos teóricos e eixos de análise.	Não foram localizados profissionais empregados na saúde. A atuação deles na área foi pontual, esporádica, voluntária, informal e em situações de gravidade de saúde, temas sigilosos ou na falta de familiares acompanhantes.
CRISTINA e COSTA, 2014.	Ambiente virtual: auxílio ao atendimento de enfermagem para surdos com base no protocolo de atenção básica.	Apresentar um Ambiente Virtual, baseado no Protocolo de Tratamento da Hipertensão Arterial e do Diabetes Mellitus tipo 2, aplicado na Atenção Básica, em avaliação de hábitos alimentares	O ambiente obteve excelente aceitação pelos pacientes e enfermeiros, possibilitando ótima interação entre eles,

		na consulta de enfermagem.	mesmo sem intérprete. A consulta foi reduzida para 15 minutos, com a preservação da privacidade do paciente.
--	--	----------------------------	--

FONTE: Elaborado pelo autor, 2024.

A carência de pesquisas sobre a acessibilidade de pacientes surdos no âmbito hospitalar é evidente, especialmente considerando que nos anos de 2020 e 2022 não foram registradas investigações significativas na área. Essa ausência de estudos compromete a compreensão das barreiras que esses pacientes enfrentam ao buscar atendimento e limita a implementação de práticas inclusivas nos ambientes de saúde.

A surdez é uma deficiência invisível, principalmente no que se refere à acessibilidade, pois não exige alterações físicas, como é o caso das pessoas com mobilidade reduzida. No entanto, a surdez requer ações implementadas para capacitar os profissionais de saúde para o uso, tradução e interpretação da LIBRAS e conscientizar a população (CARVALHO, 2021).

O primeiro Relatório Mundial sobre Audição da Organização Mundial da Saúde (OMS) adverte que quase 2,5 bilhões de pessoas em todo o mundo ou uma cada quatro pessoas viverão com algum grau de perda auditiva até 2050. Portanto, pelo menos 700 milhões dessas pessoas precisarão de acesso a cuidados auditivos e outros serviços de reabilitação, a menos que sejam tomadas medidas (OMS, 2021).

Sabendo da grande problemática que existe com relação à pessoa surda e todas as dificuldades encontradas por elas, é fundamental usarmos de recursos que possam romper as barreiras da comunicação. As tecnologias são um aliado de forte impacto na equipe de saúde com a adoção dessas tecnologias permite aprimorar as práticas profissionais, respeitando as diversidades e principalmente os direitos dos pacientes. Incorporar esses recursos no cotidiano da assistência demonstra comprometimento com o paciente e com a excelência no cuidado.

A utilização das tecnologias leves contempla a existência de um objeto de trabalho dinâmico, em contínuo movimento, não mais estático, passivo ou reduzido a um corpo físico. Esse objeto exige dos profissionais da saúde, especialmente do enfermeiro, uma capacidade diferenciada no olhar a ele concedido a fim de que percebam essa dinamicidade e pluralidade, que desafiam os sujeitos à criatividade, à escuta, à flexibilidade e ao sensível. (ÁFIO, et al, 2016).

Em seus estudos Montandon et al (2024) demonstra a construção e avaliação de um protótipo de aplicativo para promover acessibilidade comunicativa para a chamada de socorro pré-hospitalar para pessoas surdas, cegas, idosas ou que

estejam sozinhas. Com isso, os pesquisadores possibilitam reafirmar que a ciência e o desenvolvimento de tecnologias constituem investimentos fundamentais para garantir a acessibilidade de pessoas surdos e pessoas com necessidades comunicativas especiais. Tal afirmação, é justificada ao considerar a adequação do protótipo, ao considerar limitações e necessidades dos usuários, em prol de minimizar barreiras e obstáculos operacionais no que diz respeito à usabilidade.

É por meio da comunicação que os profissionais de saúde compreendem o usuário como ser holístico e percebem sua visão de mundo; a partir daí, são capazes de entender suas necessidades e, assim, prestar assistência adequada, minimizando seu desconforto (VIEIRA, CANIATTO, PEREIRA, 2017).

Entretanto, existem muitas barreiras no atendimento aos pacientes surdos e, mesmo que o encontro seja temporário, torna-se um desafio para os profissionais da área da saúde a comunicação com esses indivíduos. É necessário que os profissionais adquiram conhecimentos sobre técnicas de comunicação seja por meio da introdução de disciplinas específicas na grade curricular que focalizem o atendimento aos portadores de necessidades especiais seja por meio de cursos de especialização e programas de educação continuada no ambiente hospitalar (ARAGÃO, et al, 2014).

A lei nº 10.436/2002 estabelece a obrigatoriedade no ensino de LIBRAS nos cursos de formação de profissionais e áreas de saúde como parte essencial para a promoção da inclusão social e acessibilidade. Contudo, na prática essa exigência muitas vezes é tratada apenas como um cumprimento formal da legislação, sem a devida atenção à qualidade e ao impacto desse ensino, assim, sendo limitada a disciplinas de curta duração e ministradas de forma predominantemente online, prejudicando a prática interativa e a assimilação das expressões faciais e corporais essenciais na comunicação em LIBRAS, resultando em profissionais que concluem o curso sem a habilidade de se comunicar de maneira eficaz com pacientes surdos (MOURA, et al, 2019).

Neste contexto, os profissionais que atuam na atenção a saúde precisam estar preparados para acolher e prestar atendimento a toda a população, inclusive ao usuário com deficiência auditiva, pois a atenção a saúde deve considerar o indivíduo em sua particularidade, complexidade, integralidade e inserção sociocultural. Além disso, tem como papel desenvolver estratégias que possibilitem ao indivíduo viver de modo saudável, autônomo e sem limitações físicas ou de comunicação (SOUSA, et al, 2016).

A utilização de uma escuta ativa, associada ao exercício de uma prática de

comunicação/informação efetiva, contribui para a melhora da autonomia dos sujeitos. Por meio da escuta, o profissional de saúde se qualifica para a melhor compreensão das necessidades de saúde do indivíduo. É por meio da comunicação que os profissionais de saúde podem criar vínculo, identificar as necessidades de saúde e construir um plano terapêutico individualizado. Estratégias adotadas pelos profissionais de saúde para se comunicarem com pacientes surdos incluem mímica, leitura labial, gestos e escrita. Apesar do uso dessas táticas, a comunicação com o paciente surdo é frequentemente comprometida (MAZZU, et al, 2020).

Apesar disso, sabe-se que a maioria dos profissionais não conhece a LIBRAS e nos serviços de saúde não são disponibilizados intérpretes. Na maioria das vezes o acompanhante é quem explica ao profissional os problemas de saúde apresentados pelo surdo, o que acaba afetando a sua cidadania, por depender de outras pessoas para ter acesso às informações que poderiam melhorar a sua qualidade de vida (CRISTINA, 2014).

Na maioria das vezes, o indivíduo surdo, quando procura o serviço de saúde, leva um acompanhante, geralmente um familiar ou amigo, que atua como intérprete durante o atendimento e, eventualmente, pode assumir o protagonismo da situação e decidir sobre certas condutas de saúde, no lugar do próprio surdo.

Além disso, há assuntos íntimos que os surdos não se sentem confortáveis em tratar na presença do acompanhante e que poderiam ser diretamente relatados aos profissionais de saúde se a comunicação fosse efetiva. Outro aspecto importante é que a falta de entendimento na comunicação pode dificultar a realização de procedimentos do exame físico, causando constrangimentos adicionais ao paciente, bem como dificultar adesão à terapêutica prescrita, devido à falta de compreensão de explicações e orientações (BERNARDO, 2021).

O trabalho em conjunto da equipe multidisciplinar de saúde é fundamental para garantir ao paciente surdo que busca por assistência, um atendimento de humano e de qualidade, proporcionando a ele uma comunicação eficaz utilizando a LIBRAS garantindo que haja clareza durante todo seu atendimento.

É notório que ainda existe muito a melhorar no que diz respeito a comunicação com o paciente surdo, só assim poderemos atender de maneira completa as necessidades encontradas, visando isso destacamos a importância de capacitar a equipe multidisciplinar garantindo assim que todos os profissionais estejam aptos para atendê-los.

5. Considerações finais

Portanto, nota-se que os obstáculos encontrados pelas pessoas surdas na comunicação com os profissionais no atendimento na atenção a saúde são: a falta de conhecimento, ausência da utilização de LIBRAS, falta de intérpretes capacitados nos locais de atendimento.

Cabe ao profissional que atua na atenção básica não só competência técnica, maso conhecimento aprofundado e habilidades que favoreçam o estabelecimento de processos de comunicação e relações de caráter interpessoal, para que a troca de mensagens e informações seja de forma clara e eficiente. Pois ao procurar os serviços de saúde, as pessoas buscam além de acolhimento, relações solidárias e de confiança com os profissionais para resolução do seu problema de saúde, e para que esse vínculo seja criado é necessário que o processo de comunicação seja efetivo.

Referências

ABREU, N. et al. **História de Vida de Líderes Surdos: um Estudo a Partir da sua Trajetória em Movimentos Sociais**¹. Revista brasileira de educação especial, v. 22, n. 1, p. 79–92, 1 mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/m5tYbGgyd8DSkhFJxk76CLL/?lang=pt#> Acesso em 07 mai 2024

Abril, 23 e 24 de Dia Nacional da Educação para Surdos e Dia Nacional da Língua Brasileira de sinais. Disponível em: <<https://www.trepe.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Abril/23-e-24-de-abril-dia-nacional-da-educacao-para-surdos-e-dia-nacional-da-lingua-brasileira-desinais#:~:text=Segundo%20o%20Instituto%20Brasileiro%20de>>. Acesso 10 jun 2024

ÁFIO, A. C. E. et al.. Avaliação da acessibilidade de tecnologia assistiva para surdos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 5, p. 833–839, set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/JG4P64mR64FSyFmNFxqgPXw/?lang=pt#>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

AGAPITO, Francisca Melo; ALVES, Leandro Francisco; LEÃO, Marcelo Franco. **Políticas Públicas Voltadas para a Inclusão Sociedade Surdos. Revista Destaque Acadêmicos**, Lajeado, V.9. Mato Grosso, 2017. Disponível em www.univantes.br/revistas. Acesso em: 10.jun 2024

ALPERSTEDT NETO, C. A.; ROLT, C. R. DE . Acessibilidade e Tecnologia na Construção da Cidade Inteligente. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, n. 2, p. 291–310, mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/wtPDbvxF9Sd4pwHRfyntV/k/?lang=pt#>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

ALVES, S. F.; TELES, V. C.. AUDIODESCRIÇÃO SIMULTÂNEA: PROPOSTAS METODOLÓGICAS E PRÁTICAS. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 56, n. 2, p. 417–441, maio 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/VY3yxSCdPKN8mDP7Zn6Xs8J/?lang=pt#>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

ANDRADE, L. F. Níveis de atividade física e barreiras e facilitadores para sua prática entre adolescentes surdos e ouvintes. **bdttd.uftm.edu.br**, 5 fev. 2015. Disponível em: <https://bdttd.uftm.edu.br/handle/tede/248> Acesso em: 07 maio 2024

ARAGÃO, J. DA S. et al. Acesso e comunicação de adultos surdos: uma voz silenciada nos serviços de saúde. **Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, p. 1–7, 2014. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta/portal/resource/pt/lil-706411>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

ATENDIMENTO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE. **Revista Enfermagem Contemporânea**, v. 5, n. 1, 26 ago. 2016. Acesso em: 29 maio 2024

BERNARDO, L. A. et al. **Potências e limites no cotidiano da formação acadêmica no cuidado à saúde da pessoa surda. Escola Anna Nery**, v. 25, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/PQmMcdxKgnsnWN3pFPgsm4n/?lang=pt>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 04 abr 2024

BRASIL, PLANALTO **DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 04 abr 2024

BRASIL, **PLANALTO LEI Nº 10.436 DE 24 DE ABRIL DE 2002** Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10436&ano=2002&ato=5c3g3ZE5ENNpWTcd1>>. Acesso em: 04 abr 20 24

BRASIL, **PLANALTO LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 04 abr 2024

BRASIL, **PLANALTO LEI Nº 14.768 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2023/lei/L14768.htm#:~:tex=a%20seguinte%20Lei%3A->. Acesso em: 16 jun. 2024

BRASIL, **PLANALTO LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=8080&ano=1990&ato=9f7gXSq1keFpWT905>>. Acesso em: 28 mar 2024

BRITTO, F. R, SAMPERIZ, M. M. F. Dificuldades de comunicação e estratégias utilizadas pelos enfermeiros e sua equipe na assistência ao deficiente auditivo. Einstein, São Paulo, v. 8, n. 1, p.80-85, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/zpzxLnDNLPXZZgCKp4pCpHG/?lang=pt&format=pdf>

CARVALHO, SHIRLEY ALVES DA SILVA. The perspective of deaf patients on health care. **Rev. CEFAC**, p. e0620–e0620, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1287871>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

CESAR CLG. **Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência.** Ver Saúde Pública 2011; 45(1): 99-105. DOI 10.1590/S0034-89102010005000048. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/JmzdmXDzwZ48DJGB8xnrvCN/> Acesso em: 04 abr 2024

CNDSS. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. As Causas Sociais das Iniquidades em Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf. Acesso em: 14 maio 2024

CORREIA LPF, FERREIRA MA. **Atenção à saúde de pessoas surdas durante a pandemia de coronavírus.** Revista Brasileira de Enfermagem. 2022, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-1036> Acesso em: 19 mar 2024

COSTA, L. S. DA . et al.. Brazilian Sign Language teaching in undergraduate nursing courses. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, p. e20200709, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/snQQbwb5RZvDYnhzRqBSBCH/?lang=en#>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

CRISTINA, P. Tradutores-intérpretes de LIBRAS na Saúde: o que eles nos contam sobre questões éticas em suas práticas. **Bvsalud.org**, p. 152–152, 2014. Disponível

em:<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-774145>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

CRISTINA, S.; COSTA, D. G. Virtual Environment: assistance in nursing care for the deaf based on the protocol of Primary Care. **Rev. Esc. Enferm. USP**, p. 731–738, 2014. Disponível em:<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-725785>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008 Acesso em: 19 mar 2024

DE MARIO, Camila Gonçalves. Determinantes Sociais da Saúde: Apontamentos para uma Abordagem Crítica. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 28, n. 3, p. 1–18, 2023. DOI: 10.5433/2176-6665.2023v28n3e47718. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/47718>. Acesso em: 15 jun. 2024.

DE VIT BEGROW, D. et al. A (in)visibilidade do surdo na atenção primária: relato de experiência. *Rev. baiana saúde pública*, 2018. Disponível em:<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1140014> Acesso em 19 mar 2024

FERNANDA; MERCEDES, M. **Communication difficulties and strategies used by the nurses and their team in caring for the hearing impaired**. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-542634>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GALINDO NETO, N. M. et al.. TECHNOLOGIES FOR HEALTH EDUCATION FOR THE DEAF: INTEGRATIVE REVIEW. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 28, p. e20180221, 2019. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/tce/a/ljCWwY3b8NDgGCGWwNBw8F4F/?lang=pt#>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

HOTT, D. F. M.; FRAZ, J. N.. Acessibilidade, tecnologia assistiva e unidades de informação: articulações à realidade da inclusão. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 4, p.199–210,out.2019.Disponível

em:<https://www.scielo.br/j/pci/a/bNWjQvcxSFrkhDxWJpv6FSx/?lang=pt#>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de Trabalho e Rendimento.** Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Ciclos de vida. IBGE, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wpcontent/uploads/2021/12/liv101846.pdf>. Acesso em:

MAGALHÃES, I. M. DE O. et al.. Validação de tecnologia em libras para educação em saúde de surdos. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 32, n. 6, p. 659–666, nov. 2019. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/ape/a/YMCyW79n9VszHBqNvMxN5jy/?lang=pt#>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

MAZZU-NASCIMENTO, T. et al.. **Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos surdos.** **Audiology - Communication Research**, v. 25, p. e2361, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acr/a/dY4cCXTnjwZvVSRPmYJ6RWL/#>. Acesso em: 20 de nov. 2024.

MONTANDON, D. S. et al. Aplicativo de telefonia móvel com comunicação acessível na urgência pré-hospitalar: e-SU. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 37, 1 jan. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/sNV6s6cHQBDXdsjsnspGPDS/?lang=pt>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

MORAES DE SABINO, L. M. et al. Uso de tecnologia leve-dura nas práticas de enfermagem: análise de conceito. **Aquichan**, v. 16, n. 2, p. 230–239, 1 jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/aqui/v16n2/v16n2a10.pdf> Acesso em: 10 jun 2024

MOTA, Paola Rodrigues. **Inclusão: o sujeito surdo na sociedade brasileira.** Maringá PR. 2014. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_1datahora_14_11_2014_14_30_24_idinscrito_3102_fde1204a257fed075e3ed4c5f709b8ea.pdf. Acesso em :04 abr 2024

MOURA, R. S. et al. A língua brasileira de sinais como disciplina obrigatória na graduação em enfermagem: opiniões dos discentes. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1009890>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

NASCIMENTO, S. P. DE F. DO; COSTA, M. R. Movimentos surdos e os fundamentos e metas da escola bilíngue de surdos: contribuições ao debate institucional. **Educar em Revista**, n. spe-2, p. 159–178, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vJHG4XQt97wjQjQ56JxZg5Q/#> Acesso em> 04 abr 2024

PAGLIUCA, L. M. F. et al.. Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência. **Escola Anna Nery**, v. 19, n. 3, p. 498–504, jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/CvbJ6ZxgYC6nNvxM6PXmC5F/?lang=pt#>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

PIRES, H. F.; TIGRE ALMEIDA, M. A. P. A PERCEPÇÃO DO SURDO SOBRE O **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>. Acesso em: 07 maio 2024

RENATO FÁBIO ESPADARO. **A simulação realística como prática educacional na formação da enfermagem contemporânea. Eccos Revista Científica**, n. 66, p. e25158–e25158, 19 set. 2023. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eccos/n66/1983-9278-eccos-66-e25158.pdf> Acesso em: 10 jun 2024

ROCHA PM. Acesso e acolhimento na atenção básica: uma análise da percepção dos usuários e profissionais de saúde. **Cad. Saúde Pública**. 2008; 24 (Sup 1):100-110. DOI 10.1590/S0102-311X200800130001510. Castro SS, Levefèvre F, Levefèvre AMC. Acesso em: 04 abr 2024

RODRIGUES, G. S.; LAGO, D. C.; PAZ, N. M. S. **Sistema Único de Saúde: acessibilidade das pessoas surdas no interior da Bahia. RECIIS (Online)**, p. 815–834, 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1531964>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

SANTOS, A. S.; PORTES, A. J. F. Perceptions of deaf subjects about communication in Primary Health Care. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 27, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/ykLMdS4pqbV49J97QJVdHqm/?lang=en>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

SOARES, I. P. et al. Como eu falo com você? a comunicação do enfermeiro com o usuário surdo. **Rev. baiana enferm**, p. e25978–e25978, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-977310>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

STROBEL, Karin Lilian. **A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas**. Educação Temática digital. V. 7, n. 2, p. 244-252, Campinas, SP, 2006. Acesso em: 13abr 2024

STROBEL, Karin Lilian. **Projeto de mestrado Surdos**: Vestígios Culturais não registrados a História. Florianópolis: UFSC, 2008. Acesso em: 29 maio 2024

VAGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. **Educação Inclusiva e Língua Brasileira de Sinais**. Unopar, v 1. 208. Londrina, 2014. Acesso em: 04 abr 2024

VIEIRA, C. M.; CANIATO, D. G.; PEREIRA, B. Comunicação e acessibilidade: percepções de pessoas com deficiência auditiva sobre seu atendimento nos serviços de saúde. **RECIIS (Online)**, p. 1–12, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-869314>. Acesso em: 15 de nov. 2024.